LEIS DISCIPLINARES DO SERVIÇO DE TÁXIS

Disciplina o Serviço de automóveis de Aluguel (TAXI) e dá outras providências

Art. 1º. - Os veículos de aluguel destinados ao transporte individual de passageiros (TAXI), quando na via pública, estão permanentemente a disposição do público, não podendo seus condutores recusar a prestação de serviços salvo quando se tratar de pessoas perseguidas pela polícia ou pelo clamor público sob a acusação de prática de crimes ou quando se tratar de pessoas embriagadas ou em estado que permita prever venha a causar danos ao veículo ou ao condutor.

Art. 2º. - O veículo de aluguel não é obrigado ao transporte de animais, podendo fazê-lo mediante consentimento do condutor e sob a responsabilidade do passageiro, observando entretanto, a tarifa em vigor, sem qualquer acréscimo no preço.

Art. 3º. - São deveres dos condutores de veículo de aluguel (TAXI), sem prejuízo das obrigações previstas no Código Nacional de Trânsito:

- a) usar de maior correção e urbanidade para com os passageiros;
- b) obedecer ao sinal de parada feito por pessoas que desejam utilizar o veículo, sempre que circular com a indicação " LIVRE ";
- c) seguir o itinerário mais curto, salvo por determinação expressa do passageiro ou da autoridade de trânsito;
- d) indagar o destino do passageiro no interior do veículo, somente depois do mesmo estar acomodado, exceto em se tratando de serviço noturno, compreendido entre às 22 horas de um dia e às 05:00 horas do dia imediato;
- e) verificar, ao fim de cada corrida se foi deixado algum objeto no veículo, entregando-o caso afirmativo mediante contra-recibo e dentro do prazo de 24 horas na Repartição de Trânsito ou na Delegacia de Polícia mais próxima;
- f) somente deter o veículo para embarque ou desembarque do passageiro, junto ao meio-fio ou guia, de maneira a não prejudicar a livre circulação de veículos;
- g) manter o veículo limpo e asseado.

Art. 4º. - É vedado aos motoristas de veículos de aluguel, sem prejuízo das proibições decorrentes de outros dispositivos legais e regulamentares:

- a) abandonar o veículo nos locais de estacionamento ou fora deles, sem motivo justificado;
- b) reduzir ou suspender, intencionalmente, a marcha permitida pelas condições de tráfego;
- c) fazer-se acompanhar por pessoas estranhas ao serviço;
- d) importunar os transeuntes, instando-os pela aceitação dos seus serviços;
- e) Dormir ou fazer refeições no veículo;
- f) conduzir passageiros com a indicação "LIVRE";
- g) continuar a serviço do passageiro que pretendia fazer ficar o veículo estacionado em lugar não permitido;
- h) Dirigir gracejos ou ofensas a passageiros ou transeuntes, ou usar palavras ou gestos contrários aos bons costumes;
- i) violar o taxímetro;

- j) cobrar acima do registra o taxímetro
- k) dirigir com excesso de lotação.

Art. 5º. - Os veículos de aluguel:

- a) São obrigados a fazer o transporte de bagagens dos passageiros, desde que pelas suas dimensões, natureza e peso não venha a prejudicar o veículo;
- b) poderão, quando o passageiro desejar, permanecer à sua disposição onde o estacionamento em geral for permitido, contanto que tenha o taxímetro em funcionamento com BANDEIRA LIVRE arreado;
- c) somente poderão ter baixada a bandeira do taxímetro, depois do passageiro acomodado e levantada após terminado o serviço e com o passageiro ciente da quantia a pagar. Excetuando-se os casos de chamada à distância;
- d) só poderão ser registrados ou licenciados como táxis, os veículos que contarem até dez (10) anos da fabricação, desde que tenham condições técnicas de funcionamento;
- e) deverão ter escrito nas portas, em letras de imprensa, nas dimensões de 0,20m de altura por 0,10m de largura, a designação "TAXI";
- f) deverão portar em local de fácil acesso e pronta utilização, extintor de incêndio com capacidade mínima de um (1) quilograma de carga;
- g) deverão ter instalados cintos de segurança, em número correspondente à capacidade de pessoas transportáveis, de acordo com as especificações do CONTRN, bem como ter internamente, em local bem visível e em letras de imprensa, a inscrição: "USE O CINTO DE SEGURANÇA";
- h) se de duas portas apenas (TAXIS MIRINS), ficam obrigados à retirada do banco dianteiro direito e do suporte de fixação do mesmo
- i) não podem trazer na parte externa da carroceria ou dos vidros qualquer enfeite que venha alterar as características do veículo.

Art. 6º. Nas proximidades de hotéis, casas de diversões e de estações de embarque e desembarque, feito o sinal à fila de taxis, os motoristas são obrigados a conduzi-los em coluna até onde se encontram os passageiros, sendo proibida qualquer combinação para escolha de passageiros, por intermédio de porteiros, carregadores ou outras pessoas.

Art. 7º. - É vedado aos passageiros sugerir ou solicitar aos motoristas qualquer ação ou omissão que implique em desrespeito às normas do trânsito, ficando responsável o motorista pelo não cumprimento desta disposição.

Art. 8º. - Fica limitada a cinco (5) e três (3) passageiros, respectivamente, a lotação máxima dos taxis convencionais e mirins.

Art. 9º. - É proibido ao motorista, cobrar a qualquer título, remuneração de retorno ao passageiro desembarcado.

Art. 10º. - Fica facultado o contrato de aluguel para serviços intermunicipais e interestaduais.

Art. 11º. - O registro ou licenciamento de taxi, ressalvados os autônomos, somente será concedido em nome de firmas individuais ou coletivas, devidamente inscritas no competente registro do Comércio, e que possuem no mínimo cinco (5) veículos.

§ 1º. - Não será concedida a renovação de licenciamento a partir de 1º de janeiro de 1973, aos atuais taxis que não satisfaçam às exigências estabelecidas neste artigo.

§ 2º. - De acordo com o artigo de Consolidação das Leis do Trabalho, não será concedido o Registro ou Licenciamento de taxis sem que sejam exibidas as provas de quitação da Contribuição

Art. 12º. - As firmas individuais ou coletivas, de que trata o art. 11, deverão ter uma garagem com área coberta não inferior a 200,00m² (duzentos metros quadrados), com corpo de mecânicos e auxiliares especializados.

Art. 1º. - Fica revogado e sem nenhum efeito o artigo 12 da Lei nº 4164, de 03 de maio de 1973.

Art. 13º. - Fica assegurado ao proprietário de taxi, desde que comunique previamente ao DETRAN, o direito de substituir o seu veículo por outro de modelo mais novo, enquanto seja o substituído transferido de categoria.

Art. 14º. - É permitido a transferência de propriedade de taxi, desde que não implique no aumento do número de taxis de aluguel registrados.

Parágrafo único - O novo proprietário do taxi transferido fica obrigado a nova licença de funcionamento, mediante o pagamento de dois (2) salários mínimos regionais.

Art. 15º. - As infrações cometidas contra este regulamento e que não sejam previstas em outros diplomas legais, serão punidas com trinta por cento (30%) do salário mínimo regional.

Parágrafo único - Nos casos de reincidência específica, comulação de infrações, ou que envolvam outros aspectos delituosos de natureza grave, previstos neste e em outros diplomas legais, poderão ser aplicadas, concomitantemente as penalidades de cassação de matrícula do motorista e/ou transferência de categoria do veículo.

Art. 16º. - A partir de 1º de julho do corrente ano ficam obrigados os taxis a portar cópia do presente Regulamento impressa e plastificada, devidamente autenticada pelo Departamento Estadual de Trânsito, em local visível e de fácil menuseio por parte dos passageiros.

Art. 17º. - Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 18º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da PMF 03/05/73

Engº Vicente Cavalcante Fialho
PREFEITO MUNICIPAL